

DOI: <https://doi.org/10.36470/famen.2022.r3a04>

Recebido em: 12/11/2021

Aceito em: 18/01/2022

## A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

## THE HISTORY OF EARLY CHILDHOOD EDUCATION

### **Karinise da Silva Carvalho**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8553-5738>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9888242666977002>

Graduanda em Educação do Campo Ciências Humanas e Sociais

Instituto Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

E-mail: [karyenego2022@gmail.com](mailto:karyenego2022@gmail.com)

### **Valdete Batista do Nascimento**

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6828-7787>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0220056114776777>

Mestre em Ciências da Educação com Ênfase na Educação de Jovens e Adultos

Faculdade Metropolitana Norte Riograndense

E-mail: [valdetenascimento2060@gmail.com](mailto:valdetenascimento2060@gmail.com)

## **RESUMO**

Este trabalho tem como tema de pesquisa a história da Educação Infantil, destacando, as mudanças e perspectivas do processo histórico desta modalidade de ensino. A educação infantil é um método de ensino indispensável para a formação do cidadão, pois, tem a capacidade de formar os primeiros valores adquiridos pelas crianças e orientar esses alunos para que se tornem cidadãos críticos e reflexivos na vida social. Dessa forma, buscaremos discutir como surgiu a história dessa importante base educacional. Discutiremos como as crianças começam a receber os primeiros socorros e como a Educação Infantil se desenvolveu e se tornou uma condição necessária para garantir que as crianças recebam uma educação de qualidade.

**Palavras-chave:** Educação infantil. História. Criança.

## **ABSTRACT**

This work has as research theme the history of Early Childhood Education, highlighting the changes and perspectives of the historical process of this type of education. Early childhood education is an indispensable teaching method for the formation of citizens, as it has the ability to form the first values acquired by children and guide these students so that they become critical and reflective citizens in social life. Thus, we will seek to discuss how the history of this important educational base emerged. We will

discuss how children begin to receive first aid and how Early Childhood Education has developed into a necessary condition to ensure that children receive a quality education.

**Keywords:** Child education. Story. Kid.

## **1 INTRODUÇÃO**

A história da Educação Infantil é caracterizada por uma série de concepções progressivas e distintas de infância. É marcada por inúmeros avanços no investimento da educação das crianças, contribuindo para que os pequenos possam frequentar a escola de forma cada vez mais eficaz. Dessa forma, o presente artigo tem como finalidade analisar a história da Educação Infantil, mostrando os percursos que essa modalidade de ensino percorreu para se tornar método de educacional essencial para a educação dos discentes.

O primeiro tópico destina-se a fazer um breve estudo sobre a história da Educação Infantil no Brasil. Em sequência no segundo tópico, serão abordados a história da Educação Infantil e a política pública nacional da educação Infantil.

Esperamos que com a realização deste estudo, outros trabalhos sejam elaborados, em relação à temática discutida, trazendo conceitos, argumentações e informações relevantes sobre dados históricos da educação na primeira infância.

## **2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL**

A Educação Infantil é uma modalidade de ensino fundamental para o educando, pois, ela contribui para que a criança possa desenvolver suas primeiras habilidades e potencialidades, se destacando como uma etapa de essencial para o processo educacional do estudante. Dessa forma, nosso trabalho tem como objetivo ressaltar como ocorreu o processo histórico educacional infantil no Brasil.

Para inicializarmos a discussão da história da Educação Infantil, é necessário destacarmos as concepções de criança e de infância. Para Kramer (2001), O conceito de infância evoluiu historicamente, mas pode ser compreendido pelas instituições de cada sociedade. As ideias da infância nem sempre existem e não são as mesmas. Em contraste, no capitalismo e nas sociedades urbanas e industriais, a inclusão das crianças e os papéis sociais na comunidade

parecem estar mudando. Na sociedade feudal, se a criança desempenhava um papel produtivo direto, ou seja, papel, após o período de alta mortalidade infantil, na sociedade burguesa a criança era cuidada. Este conceito de infância é, portanto, historicamente determinado por mudanças na estrutura organizacional da sociedade.

Quanto a concepção de criança, Sarmiento (2004, p. 10) afirma:

as crianças são também seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem à raça, o gênero, a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças.

Dessa forma, é importante destacar como se iniciou o processo histórico dessa modalidade de ensino. O processo do desenvolvimento histórico da educação na infância está relacionado com a vários fatores, tais como, a tratamento e os cuidados familiares, os métodos de produção trabalhistas, a entrada da mulher no mercado de trabalho e etc., portanto, “[...] pensar a criança e sua educação historicamente exige o esforço de articular os discursos e as práticas ao contexto socioeconômico e cultural de sua criação” (SILVA, 2007).

Do ponto de vista histórico, durante muito tempo, o cuidado e a educação da criança pequena esteve sob a responsabilidade familiar, especialmente da mãe. A instituição creche surge no Brasil no fim do século XIX, decorrente da industrialização e da urbanização do país. Neste contexto, criam-se as creches com o intuito de liberar a mulher para o mercado de trabalho (SANTOS, 2010, p. 7).

Com o desenvolvimento da ciência, principalmente a partir da Revolução Industrial, particularmente, com os avanços dos recursos científicos e tecnológicos na época que estavam relacionados ao campo da informática e das máquinas de trabalho, são fatores que contribuíram para os investimentos no cuidado com a criança. De certa forma “[...] o desenvolvimento científico e tecnológico consolidou as tendências de mitificação da ciência e de valorização da infância que vinham sendo desenvolvidas no período anterior” (KUHLMANN JUNIOR, 2010, p. 60).

A infância, em dado momento histórico, revela-se como um problema social, cuja solução parecia fundamental para o país. O significado social da infância

circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação (UJIE; PIETROBON, 2008, p. 291).

A primeira tentativa de cuidar das crianças brasileiras é marcada por apoios e caridade que esclarecem os interesses da lei, negócios, política, saúde, educação e religião (KUHLMANN JUNIOR, 2010, p. 77). Portanto, a primeira tentativa de ajudar as crianças brasileiras, foi prestando assistência ao público infantil considerados pobres do país. Diferentemente de outros países, no Brasil surgiram as primeiras iniciativas de creches, solicitantes de refúgio e orfanatos com apoiadores. O objetivo é ajudar apenas mulheres que trabalham fora de casa (SANTOS, 2010, p. 9).

Para Santos (2010, p. 7):

a história da educação infantil no Brasil teve diferentes mudanças na sua função, pois o papel das instituições visava apenas o cuidar, não havia a preocupação de educar as crianças de zero a cinco anos. Anteriormente, as instituições infantis somente atendiam às crianças socioeconomicamente desfavoráveis, por possuírem visão assistencialista, atualmente, passaram a ter o papel de educativa, ou seja, o cuidar e o educar fazem parte intrinsecamente da educação da criança, pois a educação é um direito da criança desde o seu nascimento.

Uma das primeiras organizações previamente estabelecidas no Brasil para ajudar as crianças, foi a Associação Protetora da Infância, fundada no ano de 1883. Para Kuhlmann Júnior (2000a, p. 474) esta organização foi uma das pioneiras no atendimento ao público infantil em todo o Brasil, pois, “[...] além de criar uma instituição própria, a Associação pretendia centralizar informações sobre os estabelecimentos para sustentação, instrução e educação da infância desamparada no país”.

Outra instituição com a finalidade de atender as crianças, foi a casa dos expostos, que também ficou conhecida por prestar amparo infantil no Brasil, principalmente apoiar as crianças abandonadas. Outras instituições surgiram para prestar auxílio a criança essa “[...] foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas dos Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças” (KUHLMANN JUNIOR, 2010, p. 78).

No Brasil o Jardim de Infância foi criado para atender o público da elite. Segundo Oliveira (2002) o primeiro jardim de infância particular no Brasil, foi fundado por Menezes Vieira no Rio de Janeiro, que se destinava a atender a nobres aristocratas da era. Isso se deve, à particularidade que distingue os dois estabelecimentos existentes no Brasil na época, que era a educação inspirada por Froebel.

Os estudos que atribuem aos Jardins de Infância uma dimensão educacional e não assistencial, como outras instituições de educação infantil, deixam de levar em conta as evidências históricas que mostram uma estreita relação entre ambos os aspectos: a que a assistência é que passou, no final do século XIX, a privilegiar políticas de atendimento à infância em instituições educacionais e o Jardim de Infância foi uma delas, assim como as creches e escolas maternais (KUHLMANN JUNIOR, 2001, p. 26).

Em 1899 Moncorvo Filho fundou o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que tinha como objetivos de “[...] inspecionar e regulamentar a lactação; inspecionar as condições de vida das crianças pobres (alimentação, roupas, habitação, educação, instrução etc.)” (KUHLMANN JÚNIOR, 1991, p. 21). Neste mesmo ano, foi também criada outra instituição com a finalidade de atender o público infantil. Essa foi a “[...] primeira creche brasileira para filhos de operários de que se tem registro” (KUHLMANN JÚNIOR, 1991, p. 18-19)

Com o desenvolvimento dos estados e cidades, a força de trabalho nas fábricas aumentou. Posteriormente, as mulheres começaram a ingressar no mercado de trabalho. No entanto, tiveram que enfrentar uma série de desafios. Principalmente em relação aos cuidados com os filhos, pois, muitas mulheres não tinham ninguém para cuidar das crianças, enquanto trabalhavam.

Enquanto para as famílias mais abastadas pagavam uma babá, as pobres se viam na contingência de deixar os filhos sozinhos ou colocá-los numa instituição que deles cuidasse. Para os filhos das mulheres trabalhadoras, a creche tinha que ser de tempo integral; para os filhos de operárias de baixa renda, tinha que ser gratuita ou cobrar muito pouco; ou para cuidar da criança enquanto a mãe estava trabalhando fora de casa, tinha que zelar pela saúde, ensinar hábitos de higiene e alimentar a criança. A educação permanecia assunto de família. Essa origem determinou a associação creche, criança pobre e o caráter assistencial da creche (DIDONET, 2001, p. 13).

Dessa forma, os operários das fábricas passaram a exigir melhores condições de trabalho e reivindicar o estabelecimento da criação de instituições infantis, como a abertura das creches, com a finalidade de ofertar os cuidados necessários ao atendimento dos seus filhos. Dessa forma:

os donos das fábricas, por seu lado, procurando diminuir a força dos movimentos operários, foram concedendo certos benefícios sociais e propondo novas formas de disciplinar seus operários, dentro e fora das fábricas. Para tanto, vão sendo criadas vilas operárias, clubes esportivos e também creches e escolas maternas para os filhos dos operários. O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor (OLIVEIRA, 1992, p.18).

No Brasil, uma série de instituições educacionais foram estabelecidas para cuidar de crianças pequenas, e a creche tornou-se vista como essencial para a assistência aos pequenos. À medida que essas estruturas educacionais foram crescendo, surgiram os jardins de infância. Kuhlmann Júnior (2000a) explica que:

Da mesma forma que as creches, é a partir da mudança de regime que os jardins-de infância e as escolas maternas começam a aparecer em vários municípios do país, em instituições vinculadas aos organismos educacionais, ou então de assistência social ou de saúde, destinadas ao atendimento de crianças pobres.

A história da infância no Brasil teve uma ligação essencial com princípios religiosos. As igrejas contribuíram de forma primordial para os cuidados infantis. Para Kuhlmann Júnior (2000b, p. 10) “[...] as religiões, a igreja católica tenha se empenhado na organização das comunidades, nos Clubes de Mães etc., favorecendo a eclosão dos Movimentos de Luta por Creches, em vários lugares do país”

O autor, Kuhlmann Júnior (2000), aponta que o processo de combinação de ambos os tipos de educação primária envolve a aquisição de uma variedade de meios receptivos. Para o autor:

Na educação infantil, paralelamente ao jardim-de-infância situado em órgãos da educação, a creche e os jardim-de-infância ou as escolas maternas

destinadas aos pobres subordinam-se aos órgãos de saúde pública ou de assistência. Mas a área educacional não deixa de se fazer presente no segundo caso, de modo que essas trajetórias paralelas encontram muitos canais de comunicação durante toda a sua história.

No Brasil, mais precisamente, em 1970, as creches e também pré-escolas, se amplificaram no país. No entanto, estas, tinham a função apenas de dar assistência as crianças e não de contribuir para o desenvolvimento educacional dos pequenos. As assistências prestadas nas creches tinham o caráter educacional, porém, não se desenvolvia as potencialidades educacionais das crianças. Desta forma, “[...] quando, na década de 1970, as creches e pré-escolas iniciaram seu processo mais recente de expansão, a crítica à educação compensatória trouxe à tona o seu caráter assistencialista, discriminatório” (KUHLMANN JUNIOR., 2010, p. 166).

Como já foi discutido, no Brasil esse assistencialismo ofertado as crianças nas creches e pré-escolas tinha como principal finalidade cuidar da criança, porém, para o governo da época esse assistencialismo era visto como uma proposta educacional na época. Assim:

O que cabe avaliar e analisar é que, no processo histórico de constituição das instituições pré-escolares destinadas à infância pobre, o assistencialismo, ele mesmo, foi configurado como uma proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares. Ou seja, a educação não seria necessariamente sinônimo de emancipação. O fato de essas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza, já representa uma concepção educacional (KUHLMANN JÚNIOR, 2010, p. 166).

## **2.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Segundo Haddad (1991), a questão do cuidado infantil tem aumentado no Brasil nos últimos anos, e diferentes segmentos da sociedade, incluindo grupos associados a movimentos populares e outros, têm o direito de serem educados em creches. No entanto, no passado, pouco a legislação se preocupava com relação à educação das crianças. O governo destacava mais a ideia de atender os pequenos através de caridade, eles tinham o caráter educacional, mais pouco se desenvolvia os conhecimentos das crianças.

Para Lanter apud Moreno (2007, p. 55):

é importante ressaltar que, até então, as políticas públicas para a educação infantil caracterizavam-se como ações de caridade, voluntarismo e filantropia, voltadas para o assistencialismo e, posteriormente, a propósitos “educacionais[...].

Segundo Kramer (2009, p. 12-13):

[...] as pesquisas sobre educação infantil têm caminhado em paralelo com os avanços das políticas públicas em relação (1) à democratização do acesso (expresso de modo concreto no aumento do número de matrículas) e (2) à melhoria da qualidade empreendida pelos sistemas municipais e estaduais de ensino (alguns mais do que outros), mobilizados graças ao impacto dos movimentos sociais e das mudanças legais e institucionais, engendradas também pelo governo federal. A elaboração de diretrizes e a definição de critérios de qualidade, a recente aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a ampliação do ensino fundamental para nove anos abrem perspectivas de mudanças.

As nações do mundo passaram por inúmeras mudanças durante o século XIX, principalmente, quando as relações internacionais eram predominantes e os negócios estrangeiros, que eram de extrema importância para o desenvolvimento dos países. Isso contribuiu para a valorização das instituições do atendimento infantil, já que cada país tinha a intenção de apoiar a vida em sociedade, devido à crescente industrialização e crescimento das cidades. Para tanto, a proposta de criação de uma escola para atendimento ao público da infância na faixa etária de 0 a 3 anos. Ela “[...] foi vista como muito mais do que um aperfeiçoamento das Casas dos Expostos, que recebiam as crianças abandonadas; pelo contrário, foi apresentada em substituição a estas, para que as mães não abandonassem suas crianças” (KUHLMANN JÚNIOR, 2010, p. 78).

No estado de São Paulo, desde dezembro de 1920, a Legislação previa a instalação de Escolas Maternais, com a finalidade de prestar cuidados aos filhos de operários, preferencialmente junto às fábricas que oferecessem local e alimento para crianças. As poucas empresas que se propunham a atender os filhos de suas trabalhadoras o faziam desde o berçário, ocupando-se também da instalação de creches (KUHLMANN JR., 2000b, p. 8).

Como já discutimos, quando a mulher entrou no mercado de trabalho, através das atividades trabalhistas realizadas nas fábricas, a educação na infância começou a se destacar, e questionamentos foram levantados sobre a criação de creches para o atendimento das crianças. Com isso a criação das creches passou a ser direito dos trabalhadores e o estado deveria ofertar esta modalidade de ensino a população brasileira.

Segundo Gohn apud Aguiar (2002, p. 28):

[...] filhos de profissionais liberais, e que defendiam a creche como instituição educativa voltada para os aspectos cognitivos, emocionais e sociais da criança. Nos grandes centros urbanos, neste período, a reivindicação de amplas parcelas da população por creches intensificou-se e adquiriu conotações novas, saindo da postura de aceitação do paternalismo estatal e empresarial e exigindo a creche como um direito do trabalhador e dever do Estado.

Em 1980 O Brasil vive um período de crescente polêmica sobre o funcionamento das creches na sociedade moderna, a partir desse momento elas são consideradas e afirmadas como locais de educação e de cuidado de todas as crianças de zero a seis anos de idade (WAJSKOP; ABRAMOWICZ, 1999, p. 10). No entanto, A luta foi acirrada até a conclusão do documento da Constituição de 1988. Foi decidido que a creche não é apenas um estabelecimento assistencial, mas também uma instituição de ensino como hoje é considerada um direito das mães e filhos (BRANDÃO apud MORENO, 2007).

Desde a Constituição de 1988, crianças de 0 a 6 anos também são consideradas titulares de direitos. Essa constituição foi segundo Leite Filho (2001, p. 31) “[...] um marco decisivo na afirmação dos direitos da criança no Brasil”. Nessa carta constitucional de 1988, a Educação Infantil, das quais pertencem à área da enfermagem, ingressou no campo educacional com a certificação de sua função educativa. Isso inclui atividades de cuidado (MORENO, 2007, p. 5).

Em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (nº 8.742/93) foi aprovada, destacando em seu artigo que “a assistência social tem por objetivo: I) a proteção à família, à maternidade, à velhice; II) o amparo à crianças e adolescentes carentes” (BRASIL, 1993). Desta forma, as crianças tiveram alguma assistência com a promulgação dessa lei.

Uma das leis básicas para a proteção da criança, é a Lei 8.069 / 90, que inclui os direitos humanos da criança no artigo 227 da Constituição Federal. Segundo Ferreira (2000, p. 184), essa lei é mais que um documento legal. A razão é a seguinte:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento (FERREIRA, 2000, p. 184).

Para Kramer (1995, p. 53), era de responsabilidade do estado a educação da criança, pois, “[...] as autoridades governamentais que haviam permanecido inertes em termos de realizações objetivas a favor da criança pobre e abandonada começavam a proclamar a necessidade de seu atendimento”.

Através da Consolidação das Leis de Ensino nº 17.698, de 1947, a primeira Lei de Educação Infantil foi promulgada com a exigência de que as famílias fizessem a educação infantil, então foi necessário criar um jardim de infância junto com a fábrica (KRAMER, 1995). Para Drouet (1997, p. 58), a função do ensino da criança era “[...] de oferecer às crianças na primeira infância oportunidades de desenvolvimento harmônico, em ambiente tanto quanto possível igual ao lar.”

Para Barreto (1998) é importante considerar os inúmeros desafios que se colocam ao exercício efetivo do direito, a respeito da legislação existente sobre o reconhecimento das crianças no primeiro ano de escolaridade. Em relação à qualidade do atendimento as crianças os seguintes pontos são destacados.

As instituições de educação infantil no Brasil, devido à forma como se expandiu, sem os investimentos técnicos e financeiros necessários, apresenta, ainda, padrões bastante aquém dos desejados [...] a insuficiência e inadequação de espaços físicos, equipamentos e materiais pedagógicos; a não incorporação da dimensão educativa nos objetivos da creche; a separação entre as funções de cuidar e educar, a inexistência de currículos ou propostas pedagógicas são alguns problemas a enfrentar (BARRETO, 1998, p. 25).

Como já foi discutido, na época os governos do país destacam a educação da criança apenas em caráter assistencialista, considerando isso como um favor prestado as famílias e não como um direito de todas as crianças.

[...] o governo proclama(va) a sua importância e mostra(va) a impossibilidade de resolvê-lo dada as dificuldades financeiras em que se encontra(va), enquanto imprimia uma tendência assistencialista e paternalista à proteção da infância brasileira, em que o atendimento não se constituía em direito, mas em favor. Ambas as tendências ajudam a esconder que o problema da criança se origina na divisão da sociedade em classes sociais (KRAMER, 1987, p.64).

Kuhlmann Júnior aponta em vários estudos (2000a; 2002; 2010) que o fato de instituições serem principalmente defensoras, não exclui uma figura educacional. Dessa forma, para o autor, processo histórico que acompanha a trajetória do direito e da educação vigente no Brasil foi fortalecido em 1994 e 1995 pelos documentos do Ministério da Educação, que em 2006 produziu a Política Nacional de educação infantil, que estabelecia:

A prática pedagógica considera os saberes produzidos no cotidiano por todos os sujeitos envolvidos no processo: crianças, professores, pais, comunidade e outros profissionais; Estados e municípios elaborem ou adéqüem seus planos de educação em consonância com a Política Nacional de Educação Infantil; as instituições de educação infantil ofereçam, no mínimo, quatro horas diárias de atendimento educacional, ampliando progressivamente para tempo integral, considerando a demanda real e as características da comunidade atendida nos seus aspectos sócio-econômicos e culturais; as instituições de Educação Infantil assegurem e divulguem iniciativas inovadoras, que levam ao avanço na produção de conhecimentos teóricos na área da educação infantil, sobre infância e a prática pedagógica; a reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, com base nos conhecimentos historicamente produzidos, tanto pelas ciências quanto pela arte e pelos movimentos sociais, norteie as propostas de formação; os profissionais da instituição, as famílias, a comunidade e as crianças participem da elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas (BRASIL, 2006, p. 26).

### **3 METODOLOGIA, RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Na metodologia utilizada para a realização deste trabalho, aplicamos o uso da pesquisa de cunho bibliográfico e instrumentos exploratórios. Acreditamos que a partir dessas investigações podemos fazer uma análise mais detalhada e uma interpretação mais precisa dos argumentos, e dessa forma, alcançar os objetivos propostos no estudo. Segundo Gil (2010), a pesquisa exploratória pode dar uma melhor compreensão do problema (o que explica o problema). Entre os autores que nos deram respaldo nesta pesquisa, destacamos os estudos,

realizados por Kramer (1987); Kuhlmann Júnior (2000b); Oliveira (1992) e outros autores que argumentam sobre o tema discutido na pesquisa.

A apresentação e a discussão dos resultados da nossa pesquisa foram organizadas em subcapítulos. No qual, cada um destes capítulos representam o esforço de investigação e apresentação dos percursos históricos da Educação Infantil. Eles foram fundamentais para a compreensão do processo histórico da concepção educacional infantil.

Nos resultados dessas investigações dos processos históricos educacionais infantis, procuramos analisar e verificar as formas percorridas pelos processos educacionais da criança. No qual chegamos aos resultados que a história da educação na Infância se iniciou através do assistencialismo, sendo bastante valorizado com a participação da mulher no mercado de trabalho, principalmente em relação ao trabalho nas fábricas, no período da revolução industrial, através da crescente revolução tecnológica e científica na época.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Através da realização desta pesquisa buscamos fornecer subsídios suficientes para garantir o acesso aos conhecimentos sobre os percursos históricos da Educação Infantil para professores e estudantes universitários, que buscam o entendimento sobre a temática discutida. As discussões apresentadas acerca da história da Educação Infantil foram relevantes para o entendimento da história geral da educação, pois, essa modalidade de ensino passou por diversas transformações.

Portanto, foi possível compreender de forma esclarecedora os inúmeros percursos históricos da educação das crianças, onde procuramos mostrar que a educação dos pequenos primeiramente teve o cunho assistencialista, e teve destaque com a entrada da mulher no mercado de trabalho. Desta forma, as crianças foram valorizadas e começaram a receber seus primeiros cuidados educacionais. Atualmente a modalidade de ensino da Educação Infantil é uma área essencial para a vida do educando. Destacamos aqui, que queremos em um futuro próximo, prosseguir com o aprofundamento do nosso estudo sobre a história da Educação Infantil e trazer novas argumentações a respeito de pesquisas relevantes ao estudo.

Nos sentimos agraciados com as contribuições dos estudos discutidos nessa pesquisa, pois, contribuiu para que fizéssemos uma reflexão acerca dos percursos da história da educação

na infância. Constatamos, a partir dos estudos realizados, que a história da Educação Infantil sofreu bastantes modificações e que o trabalho com a educação das crianças ganhou várias concepções, se tornando uma etapa essencial para o desenvolvimento de todas as áreas cognitivas do estudante. Contribuindo para que no futuro cada criança possa se tornar um cidadão crítico e reflexivo na vida em sociedade.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, B. C. L. **A epistemologia do educador infantil de creche**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. p. 28.

BARRETO, Â. M. R. Situação atual da educação infantil no Brasil. *In*: BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. v. 2. Coordenação Geral de educação infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1998.

BRASIL. **Emenda Constitucional N 53 de 06 dezembro de 2006**. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Básica. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006

DIDONET, V. Creche: a que veio, para onde vai. *In*: Educação Infantil: a creche, um bom começo. **Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais**. V.18, n. 73. Brasília, 2001. p.13.

DROUET, R. C. R. **Fundamentos da educação pré-escolar**. São Paulo: Ática, 1997.

FERREIRA, M. C. R. (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HADDAD, La. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1991.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos**: 14 ed. São Paulo Ática, 2009.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce.** São Paulo: Cortez, 2001, p.19.

KUHLMANN JÚNIOR, M. A circulação das ideias sobre a educação das crianças; Brasil, início do século XX. *In:* KUHLMANN JÚNIOR., M.; FREITAS, M. C. de (Orgs.). **Os intelectuais na história da infância.** São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Histórias da educação infantil brasileira.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n.14, p.5-18, 2000b. Disponível em: Acesso em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501402>. Acesso em: 28 de ago. De 2021.

\_\_\_\_\_. **Educando a infância brasileira.** In. LOPES, E. M., FARIA FILHO, L. M., VEIGA, C. G. 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, 2000a, p. 469-496.

\_\_\_\_\_. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

\_\_\_\_\_. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. *In:* MONARCHA, C. (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983.** Campinas, SP: Autores associados, 2001. p. 26 (Coleção educação contemporânea).

\_\_\_\_\_. Instituições Pré-Escolares Assistencialista no Brasil (1889-1922). **Cadernos de Pesquisas**, São Paulo, n.78, p.18-21, ago.1991. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/969.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

LEITE FILHO, A. Proposições para uma educação infantil cidadã. *In:* GARCIA, R. L.; LEITE FILHO, A. (Org.) *In:* **Em defesa de uma educação infantil.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 31.

MORENO, L. G. Organização do Trabalho Pedagógico na Instituição de Educação Infantil. *In:* PASCHOAL, J. D. (Org.). **Trabalho Pedagógico na Educação Infantil.** Londrina: Humanidades, 2007, p. 54-62.

OLIVEIRA, Z. de M. R. de. **Creches: Crianças, faz de conta & Cia.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1992. p.18.

\_\_\_\_\_. **Educação Infantil: fundamentos e métodos.** São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, N. F. R. **Educação no Brasil: O paradigma entre o cuidar e o educar no centro de educação infantil.** Londrina 2010. Monografia (graduação em pedagogia) curso de pedagogia, Universidade Estadual de Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/2010%20NATHALIA%20FERNANDA%20ORIBEIRO%20DOS%20SANTOS.pdf>. Acesso em: jul. De 2021.

SARMENTO, M. J. **As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade.** In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (Coord.). **Crianças e Miúdos. Perspectivas sócio pedagógicas sobre infância e educação.** Porto. Asa, 2004.

SILVA, P. T. da. **A infância multifacetada:** Representações e práticas discursivas no Paraná do início do século XX. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2007. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007\\_SILVA\\_Patricia\\_Terezinha-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_SILVA_Patricia_Terezinha-S.pdf). Acesso em: 05 ago. 2021.

UJIE, N. T.; PIETROBON, S. R. G. O movimento a favor da infância no Brasil. **Cadernos do CEOM – Memória, História e Educação**, Chapecó, SC, ano 21, n. 28, 2008.

WAJSKOP, G.; ABRAMOWICZ, A. **Educação Infantil Creches:** atividades para crianças de zero a seis anos. São Paulo: Moderna, 1999. 2 ed. p. 10.